

Participação cidadã e o desenvolvimento regional: os 40 anos do Instituto de Estudos Valeparaibanos

Francisco Sodero Toledo

Professor universitário, historiador, membro fundador e atual Presidente do IEV.

Resumo:

Este artigo trata dos 40 anos de História do Instituto de Estudos Valeparaibanos. Apresenta suas origens, o sentido e objetivos da Instituição, suas principais realizações voltadas para o estudo da região do Vale do Paraíba, do trabalho em congregar pessoas, despertar o interesse, valorizar a terra, o povo e a sua cultura e do empenho em defesa do patrimônio cultural e ambiental. Analisa sua trajetória e participação em movimentos e eventos sociais. Ao final aponta para o seu significado no cenário regional.

Palavras chaves: Instituto de Estudos Valeparaibanos, História, Vale do Paraíba.

O IEV, como é conhecido, é uma pessoa jurídica de direito privado do tipo Associação, sem fins econômicos, de caráter cultural, de duração ilimitada, com sede e foro na cidade de Lorena, Estado de São Paulo. Conta, atualmente, com cento e setenta filiados procedentes de 40 cidades, sendo 19 do Vale do Paraíba em território paulista, 10 em território fluminense, 2 do litoral norte paulista e 9 cidades de outras regiões, incluindo as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste ano de 2013 completa 40 anos de sua fundação e de realizações voltadas para o desenvolvimento harmonioso do Vale do Paraíba.

Convidado para escrever sobre a efeméride o faço com prazer e certa emoção por estar envolvido neste trabalho desde os seus primórdios, na sua fundação, com participação ativa quer como membro, quer no exercício em cargos diretivos, em todas as diretorias, quer como Presidente, Vice-Presidente e membro do Conselho Administrativo. O faço tomado pelo sentimento de que é preciso organizar, registrar e disponibilizar as informações e os acontecimentos para os próprios membros, para você interessado em conhecer esta instituição e para a sociedade em geral. Para isto tomo como base alguns dos principais documentos, como os seus livros de atas, algumas das publicações e parte de minhas recordações nesta história vivida com inúmeros companheiros de jornada.

A gênese

A região do Vale do Paraíba, pelas suas peculiaridades naturais e histórico-culturais, desperta enorme interesse por parte de estudiosos das Ciências Humanas.

Nas primeiras décadas do século XX foi se manifestando uma crescente consciência dos problemas regionais por parte da população em geral, entre os cidadãos mais conscientes e intelectuais com as questões ligadas à decadência da cafeeicultura, o empobrecimento generalizado, o êxodo rural, o sub-emprego, a migração das lideranças locais para outras regiões do Estado de São Paulo e do país, a estagnação das cidades e a deteriorização do patrimônio arquitetônico. Formavam o cenário de decadência tão bem retratados nas obras de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato (Sodero Toledo, 2011, p.1-6).

Os problemas foram agravados na segunda metade do século com a implantação da indústria de base em Volta Redonda e o crescente crescimento industrial, principalmente em segmentos mais próximos da cidade de São Paulo. As empresas multinacionais se instalaram gerando impactos ambientais e sociais. Ocorreu a partir de então retomada do crescimento urbano de forma desordenada, com sentido aumento da degradação ambiental e descaso pelo patrimônio cultural.

Estas questões chegavam ao ambiente universitário, em especial na antiga Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras de Lorena, dirigidas pelos religiosos salesianos e na sub-sede, pelas religiosas salesianas. Nos anos 60 floresceu um clima contagiante face aos ares de mudanças na sociedade e na Igreja Católica diante das orientações emanadas do Concílio Vaticano II (1962-1965) e posteriormente do documento de Buga em 1967, relativo às Universidades Católicas. Era tempo de reflexão da Igreja Católica sobre si mesma e sobre suas relações com o mundo, reflexão essa que acabou por atingir o interior da Faculdade, apontando para a necessidade de transformações sociais.

A proposta do CELAM para as universidades católicas, expressas no documento de Buga, tinha entre suas metas gerar a consciencientização da realidade histórica, realizar a promoção social que conduzisse ao desenvolvimento, resguardar a autenticidade da cultura e ter uma participação ativa e crítica na sociedade” (Sodero, 2003,p.159-177) Estas idéias alicerçaram as discussões no interior da Faculdade no final dos anos 60. Nas apresentações, reflexões e debates emergia a questão do relacionamento com o seu exterior, expressa em questões como: “ Estamos nós realmente dialogando com a realidade que nos circunda? Estamos de fato servindo ao *interesse dessa realidade?* O resultado apontou para a necessidade de um diálogo mais amplo no interior da Instituição e desta com a sociedade. Era preciso se voltar para a realidade e necessidades da região do Vale do Paraíba.

Nesto contexto ocorreram debates, reflexões e estímulo ao movimento estudantil, truncado com a radicalização do processo político no país com a promulgação do AI5 em dezembro de 1968 e das novas leis decorrentes que procuravam impedir o avanço das ideias e das práticas estudantis existentes.

A partir de então as ideias e práticas iniciadas no interior da Faculdade tenderam a se estender para fora dos muros da mesma. Impulsionado por essa tendência, por intuição, idealismo e o desejo de participação na sociedade, liderados por José Luiz Pasin, jovem e talentoso professor universitário, foi idealizado o I Simpósio de História do Vale do Paraíba. Sua realização ocorreu em julho de 1972 na Faculdade Salesiana de Letras de Lorena. Um evento promovido pelo Departamento de História que logrou pleno sucesso de público e

conteúdo. A organização esteve sob a presidência de Pasin, cabendo a mim a vice-presidência e a organização interna do evento. Mais de trezentas pessoas, entre eles, professores, pesquisadores, escritores, jornalistas e estudantes se inscreveram e participaram do evento.

O entusiasmo do sucesso do evento gerou a perspectiva de se criar bases sólidas que pudesse garantir sua continuidade. Surgiu, então, a ideia da criação de uma instituição para tal fim. Nascia o Instituto de Estudos Valeparaibanos.

Na composição da primeira diretoria havia três professores (Pasin, Sodero e Maria de Lourdes) e quatro alunos ou ex-alunos (Carlos Marcondes, Catarina Vilela, Thereza Maia e Terezinha Paiva) da Faculdade Salesiana de Lorena. Faziam parte do grupo que havia participado da Comissão Organizadora do I Simpósio de História. Além deles, pessoas convidadas, em número de seis, que compunham o Conselho Administrativo: Assis Barbosa, Lacaz Neto, Tom Maia, Maria Aparecida Nogueira, Mariza Menezes e Paulo Reis.

Fundação do Instituto de Estudos Valeparaibanos

Dia: **30 de junho de 1973** - Horas: 20 horas

Local: **sede do “Museu Frei Galvão”** – Guaratinguetá

Membros fundadores e primeira diretoria:

- *José Luiz Pasin* – Presidente
- *Francisco Sodero Toledo* – Vice-Presidente
- *Thereza Regina de Camargo Maia* – Secretária
- *Catarina Aparecida Vieira Vilela* – Tesoureira

Conselho Administrativo:

- *Benedito Carlos Marcondes Coelho, Francisco A. Lacaz Neto, Francisco de Assis Barbosa, José Carlos Ferreira Maia, Maria Aparecida Nogueira, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Mariza de Souza Menezes, Paulo Pereira dos Reis e Terezinha Paiva de Faria.*

Coerência e continuidade

A nova instituição, de caráter regional, nasceu como entidade cultural, de nível superior, sem fins lucrativos. A sua primeira sede funcionava em espaço cedido pelo Centro Social em Guaratinguetá, a praça Conselheiro Rodrigues Alves, número 48, 2º. Andar.



Sessão de posse da nova diretoria do IEV em 1978. Na mesa, da esquerda para a direita. Dra. Áurea Maria de J. Silva; Francisco Sodero; Waldomiro de Abreu; Tom Maia; Thereza R. de Camargo Maia; José Luiz Pasin; Embaixador Luiz Nogueira Porto; Agostinho Ramos e Henrique L. Alves.

Ao longo de 40 anos, embora seu Estatuto tenha sofrido pequenas alterações para realizar adaptações necessárias, em 1978, 1985, 2000 e 2005, pode-se notar a continuidade dos seus objetivos. Desde sua criação permanecem as “finalidades principais” que deram sentido a sua criação: investigar, estudar em seus múltiplos aspectos a realidade valeparaibana, congregar e despertar o interesse de pesquisadores, escritores e estudiosos da região e valorizar o passado e o presente do Vale do Paraíba por meio do conhecimento de sua história, de sua cultura e as perspectivas de desenvolvimento.

A dedicação permanente à investigação e estudos sobre a região em seus múltiplos aspectos têm se constituído em um dos pontos de destaque de sua atuação. Houve incentivo à pesquisa e foram promovidos cursos regulares e intensivos, palestras, conferências, seminários e os simpósios de História do Vale do Paraíba.

Os Simpósios, hoje em sua XVII edição, foram realizados em vinte e duas diferentes cidades, com temas específicos sobre a História regional, sempre em parceria com outras instituições de ensino e pesquisa. (vide quadro no apêndice) Até o ano de 2002 o seu formato era bianual realizado ao longo de cinco dias. A partir de 2003, devido ao aumento de interesse por parte da comunidade regional, a ampliação do número de comunicações e as dificuldades da permanência dos participantes por vários dias no local de sua realização, ele passou a ser realizado anualmente, ao longo de apenas três dias. No ano de 2013, em função da amplitude do tema escolhido (tratando de “Literatura e História”) e da significativa quantidade de trabalhos a serem apresentados e discutidos, a Comissão Organizadora resolveu adotar um novo formato. Foi introduzido um período extra, o “pré-simpósio”, realizado em seis cidades, com várias atividades proporcionando maior dinamismo, entusiasmo e repercussão aos trabalhos desenvolvidos.



1978- Vassouras. IV Simpósio de História. Grupo de participantes com os membros do IEV: José Luiz de Souza, Heloisa Freire, Tereza Pasin, Maria da Glória Freitas e Efigênia Freitas.

Na concretização de suas finalidades os seus dirigentes sempre procuraram reunir e unir outros diversos segmentos da sociedade em torno de causas comuns, como a valorização da terra, da preservação da cultura regional e, em especial, de suas duas grandes bandeiras de luta: a defesa do patrimônio cultural e ambiental. Oracy Nogueira, nosso saudoso companheiro, lembrava em artigo escrito em 1973, por ocasião dos 20 anos da instituição de que: *“a consciência da realidade presente e passada do Vale está subjacente ao movimento que resultou na criação tanto do Instituto de Estudos Valeparaibanos como dos centros culturais e museus que vem se multiplicando, pela região, das maiores às menores concentrações urbanas. Entre o IEV e essas instituições de âmbito atuação mais restrito, as relações tendem a ser de independência funcional e ajuda mútua, ainda que nem sempre haja uma clara consciência de tal entrelaçamento”* (Nogueira, 1993,p.33) Aos poucos o IEV ia se afirmando como instituição de respeito e de liderança na área cultural em nível regional.

Uma instituição aneja

“A intelectualidade sem a ação é um amontoado de palavras mortas”

José Luiz Pasin

No princípio um sonho: estender os conhecimentos obtidos no efervescente meio universitário pela sociedade, dar vida às reflexões teóricas por meio de práticas construtivas com vistas ao desenvolvimento harmonioso do Vale do Paraíba.

A organização de um grupo de idealistas, coesos em torno de objetivos bem definidos e dispostos a agir para atingi-los, possibilitou o desenvolvimento dos trabalhos do IEV. As

iniciativas e os projetos foram se multiplicando, repercutindo no cenário regional. Os resultados que superavam as expectativas iniciais eram conseguidos pela força, coragem, desprendimento e dedicação de um grupo de pessoas que foram se somando ao longo de quatro décadas. Na coesão do grupo de pessoas reside a força da continuidade do IEV.



2013: Gerações reunidas em torno das atividades do IEV:
Nelson Pesciotta, Francisco Sodero e Diego Amaro.

E tudo foi realizado sem que a instituição tivesse sede própria e sem contar com o necessário suporte financeiro.

O IEV funciona em espaços cedidos. Neles ficam instalados a sua biblioteca e o arquivo, são realizadas as reuniões, assembleias gerais, encontros culturais, sessões de estudos e nele são recebidos os sócios, os visitantes e pesquisadores. Nas três últimas décadas do século XX foram utilizadas as dependências do Centro Social Urbano de Guaratinguetá como sede e as atividades eram também realizadas na sede da Fazenda Boa Vista, em Roseira Velha, de propriedade de José Luiz Pasin, um centro de agitação cultural da região. Posteriormente, no início do novo século, com a administração de Nelson Pesciotta, teve início a denominada “era Lorena”, quando a sede, por força estatutária, passou em 2001 a ser no local cedido pela Casa de Cultura de Lorena. No mesmo ano foi celebrado convênio com Centro Universitário Salesiano e a sede passou a funcionar em local cedido pelo mesmo, abrigando a biblioteca e arquivo do IEV, a Sala Euclides da Cunha e o Centro de Pesquisa Regional. Em 2012, graças ao empenho dos membros do Núcleo Regional de Taubaté, o IEV ganhou um novo espaço, cedido pela UNITAU, para abrigar as reuniões do grupo e centralizar a documentação e manter o material e bens da instituição. A sala, localizada no prédio da Faculdade e Filosofia, leva o nome do Prof. Nelson Pesciotta em homenagem a sua extensa folha de serviços e realizações à frente da diretoria por mais de vinte anos. Um homem dedicado ao IEV e às iniciativas culturais, dinâmico, competente, realista, incansável e por tudo isto gozando de muito respeito no interior da instituição e fora dela.

Com a rápida evolução dos meios de informação e comunicação conseguimos, finalmente, em 2012 criar o nosso site, o espaço on-line para disponibilizar informações, conteúdos, a história, a memória, a relação e atividades de seus membros. O endereço eletrônico desta sede no mundo virtual é: www.iev.gov.br.

Como se pode notar a conquista de uma sede própria não tem sido objeto de grande preocupação por parte de seus diretores e membros. A vida de cada um de nós tem sido andar por esta região, pelos mais diferentes lugares, em seus inúmeros municípios reunindo pessoas, congregando-as em torno de estudos, sempre empunhando as bandeiras de proteção do nosso patrimônio ambiental e cultural.

Ao longo dos 40 anos a grande maioria dos municípios do extenso Vale do Paraíba foram contemplados com a nossa presença e atingidos pela ação e iniciativas do IEV.

Da resistência a guardiões do Vale

Nas três primeiras décadas da nossa história os esforços se caracterizaram pela resistência à modernidade conservadora com impactos negativos e preocupantes que resultavam em quadro de ameaças à qualidade de vida da população. Com as mudanças advindas de acontecimentos mundiais como o despertar de uma visão holística, a ida do homem para a lua, a queda do muro de Berlim, o advento da internet e o rápido aperfeiçoamento dos meios de transportes e de comunicação surgiu “a necessidade de se repensar o IEV”.

Por este tempo o seu futuro passou a ser tema constante nas conversas informais de seus sócios e nas reuniões da diretoria. Pairava certo desânimo no ar. Afinal, haviam se passado muitos anos de luta, de idas e vindas pelo nosso Vale e se temia por não se conseguir a renovação de seus membros para dar continuidade a esta jornada. Havíamos envelhecidos: nós e a instituição.

A primeira manifestação ocorreu em reunião no ano de 1994. Nos anos seguintes o assunto voltava a ser citado com frequência. Em 2003, na comemoração de 30 anos, elaborei documento intitulado “Reflexão sobre o IEV”, em que pontuava questões relevantes que deixavam dúvidas com relação aos rumos da instituição e apontavam diretrizes para sua possível reorganização e revitalização. Foi, então, levantada a hipótese de encerrar as atividades e dar fim ao Instituto. Confesso que cheguei a ficar em dúvida. Afinal, para quê mantê-lo diante da nova dinâmica do século XXI, marcado pelo efêmero, pelo dinâmico, pelo culto ao presente? Qual o sentido em sobrecarregar praticamente o mesmo grupo de pessoas após mais de 30 anos de atividades ininterruptas?

Por este tempo chegou-se a pensar em encerrar as atividades do IEV. Diante do cenário de incertezas foram importantes as observações feitas por pessoas não pertencentes à instituição e a opinião de diversos membros que, entre outras ponderações, afirmaram que “o

IEV não pode parar. Hoje vocês são uma referência, a nossa referência quando se trata de Vale do Paraíba. As pessoas com os quais se tem convivido são verdadeiros guardiões da nossa terra e da nossa cultura. Muito foi realizado, mas muito há o que fazer.” Diante destas ponderações chegou-se à conclusão de que o IEV tinha um passado de lutas e de realizações que não podia ser abandonado. O grupo que permanecia unido deveria dar continuidade ao trabalho, seguindo os princípios e valores originais que deram sentido a esta caminhada.

Hoje a instituição faz parte do grande movimento da sociedade civil organizada e seu membros são verdadeiramente os “*os guardiões da terra e da cultura valeparaibana*”.

Continuamos ainda como ansejos, indo e vindo por muitos caminhos e lugares, onde cada um deles se transforma, mesmo que de forma momentânea, em sua sede. Novos abrigos para um grupo e uma instituição que não se acomoda e diante de novas preocupações tem sempre novas iniciativas e novas abordagens. O que possibilita o reencontro de “velhos companheiros” e o agregar de novos membros, principalmente de jovens, com vistas a manter sempre hasteada as nossas bandeiras.

Relação dos Presidentes do IEV

1973 – 1978 : José Luiz Pasin

1978 – 1980 : Paulo Pereira dos Reis

1980 – 1982 : José Luiz Pasin

1982 – 1984 : Francisco Soderro Toledo

1984 - 1988 : Nelson Pesciotta

1988 - 1990 : Francisco Fortes

1990 -2011 : Nelson Pesciotta

2011 -2013 : Francisco Soderro Toledo

É importante ressaltar que as atividades realizadas e os resultados conseguidos ao longo destes quarenta anos são fruto de trabalho voluntário, do idealismo das pessoas pertencentes aos seus quadros, principalmente dos membros das diretorias e ao apoio de inúmeros parceiros e de diversas instituições.

A existência do IEV prima pela falta de recursos, o que nunca impediu a ação em prol de seus objetivos e de suas metas anuais. Ao longo dos 40 anos não se falou ou foi feita qualquer forma de pagamento, fornecida alguma remuneração ou ajuda de custo para viagens e estadia, nem mesmo para os seus diretores. Cada diretor ou companheiro que participa e comparece a alguma atividade promovida pelo IEV o faz sempre por conta própria.

Os poucos recursos que se dispõem são provenientes do pagamento da anuidade pelos seus sócios. O Estatuto prevê, ainda, que para prover a sua manutenção o IEV pode receber dotações oriundas de verbas oficiais, contribuições, doações, subvenções e legados, o que raramente acontece. É com a contribuição de cada membro que se faz o caixa da entidade e se obtém os recursos para manter suas atividades básicas, como despesas com comunicação, correios, prêmios anuais e contador. Como não se tem dinheiro para grande iniciativas, os simpósios de História, por exemplo, são auto-sustentáveis, contando sempre com o suporte de infra-estrutura financeira de seus parceiros.

Além do que, como se tem poucos recursos é necessário saber administrá-lo bem. Assim vem se procedendo. José Antônio Bittencourt Ferraz, tesoureiro do IEV desde o ano de 1983, leva muito a sério sua função, sempre atento às dificuldades financeiras. Ele consegue a proeza, sempre muito elogiada, de apresentar a cada período fiscal superávit nas contas, além de ter alguma sobra na caderneta de poupança para ser empregada em caso de alguma emergência.

Realizações e credibilidade

Além da realização dos 27 simpósios de História do Vale do Paraíba, do trabalho em prol da defesa do patrimônio ambiental e cultural, das premiações realizadas para divulgar e valorizar pessoas e a cultura regional, outras tantas atividades e realizações estão registradas nos livros de atas e no material que se encontra no arquivo do IEV, composto de jornais, fotografias e revistas.

As Premiações Culturais tem como objetivo valorizar e estimular as ideias, as atitudes de valorização e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural e a produção científica que promovam a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento sustentável em toda região do Vale do Paraíba. Para tanto realiza concurso com base em Regulamento próprio que aponta anualmente os escolhidos para receberem as homenagens. Na premiação que ocorre no final de cada ano são entregues os seguintes prêmios: “Prêmio cultural Eugênia Sereno”, destinado à obra recentemente publicada que tenha por tema a História e cultura valeparaibana; Distinção Cultural “Paulo Camilher Florençano”, prêmio destinado a destacar esforços pessoais ou institucionais em favor da memória regional, quer pela guarda e preservação dos bens culturais, quer pela defesa constante dos valores materiais ou imateriais da cultura valeparaibana; “Prêmio Ambiental “Prof. José Luiz Pasin”, entregue a pessoa ou instituição que se destaca nos esforços desenvolvidos em favor da melhoria do ambiente, da qualidade de vida da população e do desenvolvimento sustentável no Vale do Paraíba; Medalha de Mérito “Paulo Pereira dos Reis”, prêmio que se destina a pessoa nascida no Vale do Paraíba ou aqui residente há mais de cinco anos pelo seu desempenho profissional; e Prêmio “Mídia Cultural”, dividido em duas modalidades: para distinguir pessoa ou instituição que tenha mantido sistematicamente um programa de difusão cultural legitimamente

valeparaibana, utilizando a mídia eletrônica e para premiar produção cultural em forma de vídeo ou filme que trate de questões culturais e ambientais do Vale do Paraíba.

Foram tantas as realizações que a sua relação completa não caberia neste artigo e, talvez, com um trabalho mais disciplinado possamos dispor desses dados, aos poucos, em nosso site para consulta e conhecimento. Temos registrado um grande número de conferências, palestras, mesa de debates, seminários, cursos regulares, lançamento de dezenas de livros de autores residentes no Vale do Paraíba e sobre assuntos mais diversos sobre a região, promoções culturais, exposições, concursos voltados principalmente para estudantes do ensino médio. Merece destaque a publicação, em 1993, da revista “Puris”, dos diversos anais dos simpósios e de seu “Boletim Informativo”, que ao longo de seus duzentos e vinte cinco exemplares editado desde o ano de 1983, informa seus membros sobre suas atividades, publica trabalhos, analisa, opina, repudia e presta homenagens.

As inúmeras frentes de trabalho colaboraram para a preservação de monumentos, a ampliação dos tombamentos, a formação de arquivos e de museus e no fornecimento de subsídios para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Desde o ano de 2009 vem-se desenvolvendo o projeto “NEPA” (Núcleo de Educação Patrimonial e Ambiental), resultado de contrato firmado com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo a partir do qual o IEV passou ser “Ponto de Cultura” do Estado.

Os problemas de cada época exigiram ações mais coordenadas e concentradas resultando nas chamadas “campanhas anuais”. Com elas, durante um determinado ano era selecionado um tema especial sobre o qual eram concentrados os esforços da instituição e de seus membros.

IEV – Campanhas Anuais

1977 – Ano da Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba

1981 – Ano da Defesa do Patrimônio Ambiental do Vale do Paraíba

1983 – Ano da busca da identidade cultural do Vale do Paraíba

1986 – Ano da Cultura Popular

Conhecimento e preservação

O conhecimento e a consciência dos problemas do Vale do Paraíba fez nascer a nossa instituição. Como escreveu Catarina Vilela, uma de suas entusiasmadas fundadoras: *“O IEV é o nosso filho que, conduzido com presteza, carinho e dedicação, finalmente brilha em sua*

carreira, atinge suas metas e é o veículo que congrega os idealistas sonhadores e desejosos de um Vale do Paraíba reumanizado, valorizado, engajado no progresso, sem esquecer seus valores culturais e suas raízes.” (Vilela, 1993, p.56)

A ideia de ampliar o conhecimento sobre a região, valorizar o homem, a terra e a cultura sempre moveu os nossos propósitos.

Para fazer frente ao avanço da modernidade e de seus corolários que se apresentavam de forma avassaladora com sérios impactos sobre o patrimônio cultural e ambiental, o IEV levantou com muito destemor a bandeira em sua defesa. As palavras dos sócios fundadores Thereza e Tom Maia explicitam e resumem este sentimento ao escrever sobre a situação vivida diante do crescimento industrial do final do século passado:

“São as antigas construções erguidas em diferentes formas e técnicas que demonstram o produto de um trabalho passado, do esforço, labor e suor dos sofridos cativos. São documentos que mostram que “só o trabalho constrói a realidade e História outra coisa não é senão o fruto do trabalho do homem”, trabalho que precisa ser respeitado, conhecido e preservado, juntamente com a paisagem natural que o envolve, numa inter-relação equilibrada do homem com a natureza que pode ser aproveitada para o turismo cultural, ligado ao folclore regional.” (Thereza e Tom Maia, 1993, p.39)

Frente aos desafios de tão grande empreitada foi decidido, em 30 de setembro de 1978, a criação de um órgão especial junto da Diretoria do IEV: a Secretaria de Defesa do Patrimônio Cultural. Ela tinha como finalidade cuidar especificamente do assunto. A direção foi entregue aos sócios fundadores Thereza e Tom Maia que com empenho e dedicação levaram a ideia de preservação para a região, mantiveram-se sempre atentos às denúncias e críticas surgidas nas mais diferentes cidades e desenvolveram um trabalho marcado pela eficiência e competência, valorizando e aumentando o respeito pela instituição.

Momento culminante deste trabalho ocorreu no ano de 1977, quando no dia 11 de junho aconteceu em Guaratinguetá, nas dependências do Centro Social, o “I Encontro de Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty”. Naquele dia estiveram reunidos professores universitários, pesquisadores, estudantes, autoridades municipais, jornalistas e pessoas interessadas no assunto. Como resultado prático, após estudos e longos debates foi aprovada e depois amplamente divulgada a “Carta de Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty”.

A “carta” fazia um diagnóstico da situação do patrimônio cultural e apontava diretrizes para se tomarem as medidas apropriadas no cuidado, conservação e preservação dos bens culturais, para se alcançar o desenvolvimento integral do Vale do Paraíba e Paraty.

Em seu preâmbulo aponta para os fatos que foram considerados como: o abandono e indiferença em relação ao patrimônio histórico, a descaracterização das cidades, o decréscimo das manifestações culturais locais e a destruição sistemática das fontes para os estudos regionais. Em seguida sugere aos poderes federais, estaduais e municipais vinte medidas a

serem observadas para a conservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico do Vale do Paraíba e do município de Paraty, geográfica, histórica e culturalmente ligado a nossa região.

Ao se reler a “Carta” pode se observar a sua importância para a época e para a atualidade. Entre outras sugestões estão as que tratam do tombamento, da preservação e do seu alcance para o turismo, uma atividade ainda incipiente naquela época, da seguinte forma: *“que se conceda a devida prioridade ao tombamento, inclusive municipal, e à restauração e apresentação de bens culturais da região, visando o desenvolvimento integral da comunidade, por meio do turismo cultural.”* De forma futurista apontava a necessidade de cada município formar, como acontece na atualidade na maioria dos mesmos, a sua própria comissão para cuidar da defesa de seu patrimônio, nos seguintes termos: *“que, dentro do princípio de não agressão ao patrimônio cultural e ecológico da região, sejam formadas comissões municipais responsáveis pela preservação dos bens culturais, da fauna, da flora e do meio ambiente”* (In Pasin, 1993, p.4-5)

Na sequência do movimento, 1978 foi considerado o “Ano da defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty”.

A Secretaria de Defesa do Patrimônio Cultural desempenhou sua função pelas três últimas décadas do século XX, até o seu desaparecimento devido às mudanças estatutárias.

O despertar da consciência ecológica

Como se pode notar desde o início das atividades do IEV, as questões envolvendo a paisagem cultural vinha sempre associadas àquelas ligadas à paisagem natural. Ambas importantes e merecedoras de atenção e ações urgentes. Razão pela qual a defesa do patrimônio cultural e ambiental passou a se constituir em duas grandes frentes de luta.

A Secretaria de Defesa do Meio Ambiente foi criada também no ano de 1978, centralizando a partir de então os trabalhos, as iniciativas e campanhas em prol da defesa do patrimônio ambiental do Vale do Paraíba.

O IEV deu início a um grande movimento de conscientização ecológica, tendo como base a Fazenda Boa Vista, em Roseira Velha, de onde José Luiz Pasin, com palavras e ações, encarnava e simbolizava a resistência à depredação ambiental pelo qual passava o Rio Paraíba do Sul e a região do Vale do Paraíba. Desta forma, no ano de 1980 aconteceu importante reunião ecológica na fazenda no mês de julho e em outubro a “Primeira Vigília Ecológica” em Roseira Velha.

O ano de 1981 foi considerado pelo IEV como o “Ano de Defesa do Patrimônio Ambiental do Vale do Paraíba.” No dia 6 de junho, após concorrido encontro em Guaratinguetá, nas dependências da sua sede, houve uma Assembleia Geral para tratar das

questões ambientais da região, com a participação efetiva de diversos setores da sociedade junto com estudiosos, historiadores, professores em geral, alunos e demais pessoas interessadas na questão. Da reunião resultou a “Carta de Defesa do Patrimônio Ambiental do Vale do Paraíba”, que foi amplamente divulgada pela imprensa regional.

A “Carta” considerava a responsabilidade que cabe a todos e a cada um em particular na preservação das fontes vitais para a vida e “*tendo em conta o abandono e a indiferença em relação a esse patrimônio ambiental e paisagístico, a poluição crescente do ar, da terra e das águas na bacia do Rio Paraíba do Sul*”. (In Pasin, 1993, p. 7) O texto apontava para os problemas causadores desta situação: a falta de planejamento na instalação de unidades industriais e no desconhecimento do perigo decorrente da poluição emanada por elas, na constante descarga de esgotos urbanos nas águas e nos rios, o uso indiscriminado de adubos químicos e pesticidas nas plantações.

A partir da denúncia o documento discorria sobre a necessidade urgente de estabelecer diretrizes para uma política de desenvolvimento em toda bacia do Rio Paraíba do Sul. Sendo assim, sugeria não somente aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, como na carta de Defesa do Patrimônio Cultural de 1977, mas também às universidades, instituições culturais, científicas e educacionais, aos sindicatos rurais e urbanos, aos veículos de comunicação social e aos habitantes em geral. Eram ao todo vinte e cinco diretrizes que apelavam para a conscientização da população contra a instalação de indústrias que representassem ameaça ao ecossistema; maior controle do funcionamento das mesmas; a preservação das áreas das várzeas para a agricultura; a elaboração de planos diretores para a ocupação do solo, a preservação das matas; a proteção e defesa dos rios, lagos e ribeirões; a implantação de estações de tratamento de esgotos industriais e urbanos; a construção de usinas para a transformação do lixo urbano em adubo orgânico; a efetivação dos parques nacionais da Bocaina e Itatiaia.; apoio às pequenas comunidades rurais e urbanas; o trabalho pela conscientização da população sobre as questões ambientais e a organização de conselhos de defesa ambiental (CODAM) em cada município.

Após mais de trinta anos passados da elaboração e divulgação da “Carta de Defesa do Patrimônio Ambiental” observa-se com satisfação que grande parte das diretrizes foram seguidas e se tornaram realidade, resultando na melhoria das condições ambientais da região e conseqüentemente na melhoria das condições de vida da população. É dever deixar registrado que este resultado auspicioso deve-se também ao trabalho desenvolvido por outras entidades ambientalistas que foram se organizando e trabalhando para atingir semelhantes propósitos. Ao IEV deve ser creditado o despertar da consciência ecológica na região.

Uma campanha que exigiu grandes esforços, em ambiente de muita tensão, ocorreu no ano de 1983, entre os meses de abril a julho. Naquele ano o IEV, após uma reunião extraordinária realizada nas dependências da FATEA, posicionou-se contra a instalação da maior fábrica de foguetes, mísseis e bombas da América Latina pela Avibrás no município de Lorena, no Vale do Paraíba. Na Assembléia Geral realizada no dia 30 de abril na FATEA foi redigida e aprovada uma “Carta à comunidade lorenense e valeparaibana” que depois foi distribuída para a população de Lorena bem como divulgado pela imprensa regional. Ela

advertia a todos os valeparaibanos, em especial os lorenenses, sobre o perigo da instalação de arsenais, indústrias bélicas e nucleares na região. Cobrava de cada um e de todos os cidadãos o empenho em prol do desarmamento e a favor da paz. Conclamava todos os cidadãos, instituições e órgãos de classe para aderirem a esta causa, a unir esforços para que “o futuro não seja trágico e não nos acuse de omissão”.

Em julho a diretoria, da qual eu era na ocasião o Presidente, e os sócios reunidos em Assembleia decidiram, após chegar à conclusão ter tido atingido amplamente o objetivo de alertar a população, por ter o movimento se estendido por toda a região com apoio de outras entidades ambientalistas e ter chegado ao governo do Estado, encerrar o movimento, comunicando o fato à população e deixando a ela a decisão final sobre o assunto.

Em decorrência de fatores externos e outros por nós desconhecidos o depósito da Avibras deixou de ser instalado no município de Lorena.

A posição assumida pelo IEV em reunir a sociedade em torno das questões ambientais teve continuidade nas gestões das suas futuras diretorias. No ano de 1985 promoveu o encontro “Salvem o Rio Paraíba”, quando foi aprovada outra carta para a população com o título: “Paraíba do Sul: um rio que pede socorro”.

Em 1990 participou da organização e dos trabalhos do Simpósio regional sobre o meio ambiente. No ano seguinte participou da reunião de entidades ambientalistas, a chamada Frente Verde do Vale do Paraíba. Neste mesmo ano volou à carga apelando por medidas práticas que impedissem prejuízos ambientais e, mais especificamente, pela recomposição da vegetação ciliar, concluindo que “*a recriação de um ambiente de beleza é exigência de civilização*” (In Pasin, 1993, p.11) O apelo agora era dirigido para todas as pessoas de algum modo investidas de responsabilidade social para que empreendessem esforços em favor da “*Arborização das margens do Rio Paraíba do Sul, seus formadores e seus afluentes*”.

As ações do IEV em defesa do patrimônio ambiental continuaram a acontecer de forma integrada com outros grupos devido ao despertar da consciência ambiental entre os habitantes da região e a presença e atuação de inúmeras novas entidades ambientalistas. Assim, em 1995 esteve presente no encontro regional para preservação do Rio Paraíba, no ano de 2006 em parceria com a UNIVAP e o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul organizou e desenvolveu o simpósio: O Rio Paraíba do Sul – passado, presente e futuro”. Atualmente está associado ao movimento gestado na sociedade civil contra a instalação da termoeletrica de Canas.

Uma instituição em marcha

O IEV pode se orgulhar de chegar aos seus 40 anos mantendo seu dinamismo e a capacidade de unir pessoas interessadas no trabalho voltado para o desenvolvimento sustentável do Vale do Paraíba. Por se constituir hoje em uma instituição fundamental para o

conhecimento e compreensão da nossa região, em um marco na história cultural e ambiental do Vale do Paraíba.

Ele é uma entidade democrática onde as ideias fluem livremente. Um espaço em aberto para apresentação e debates livres de ideias, para detectar problemas, apontar caminhos, revelar, valorizar e estimular talentos e valores, abrir caminhos para explorar as riquezas naturais e humanas da região. E o faz com segurança e continuidade sob o comando das diretorias e participação de seus associados e convidados. Uma entidade que, nascida no centro universitário, preocupa-se e pratica uma atividade educacional, cultural a influenciar as novas gerações.

Os resultados positivos das ideias colocadas em ação no meio da sociedade são expressivos na área do conhecimento, da informação, da conscientização, da preservação ambiental e cultural. A dedicação e competência demonstrada tem contribuído para repensar o crescimento e engrandecimento da região do Vale do Paraíba, ajudando a contribuir na construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e humanizada. Fato que conta com o expressivo reconhecimento por parte de diferentes setores da nossa sociedade.

O IEV continua sua marcha fiel aos seus princípios e valores. Encontra-se revigorado e renovado, procurando-se adaptar-se às novas condições de um mundo globalizado interligado por novas redes sociais, a exigir novos processos de participação e interação.

Continuo também perseverando, junto com sua liderança, com este labor de significativa importância no contexto regional que nos abre portas para a ação cidadã e o exercício do trabalho voluntário, envolto em simbolismo e significados.



2013- Ação do Pré-Simpósio de História.
Parte dos participantes em frente às ruínas do campo de aviação. Flona, Lorena.

Apêndice

IEV : Relação dos Simpósios de História do Vale do Paraíba

No.	Data	Tema	Local
I	1972	<i>O Vale do Paraíba no Processo da Independência</i>	Lorena
II	1974	<i>O Desbravamento e o Povoamento do Vale do Paraíba – Período Colonial</i>	Guaratinguetá
III	1976	<i>O Vale do Paraíba no Panorama do Segundo Reinado</i>	Pindamonhangaba
IV	1978	<i>O Vale do Paraíba nos séculos XVIII e XIX – evolução Política, Sócio-econômica e Cultural</i>	Vassouras
V	1980	<i>O Vale do Paraíba e a República Velha</i>	Taubaté
VI	1982	<i>O Vale do Paraíba e as Minas Gerais</i>	Juiz de Fora
VII	1984	<i>O Vale do Paraíba nas primeiras décadas do século XX.</i>	Jacareí
VIII	1986	<i>Manifestações Culturais no Vale do Paraíba – arte, religião e Folclore</i>	Aparecida
XIX	1988	<i>O Negro no Vale do Paraíba</i>	Petrópolis
X	1990	<i>Urbanização no Vale do Paraíba</i>	Roseira
XI	1992	<i>História das Idéias no Vale do Paraíba – Movimentos Populares</i>	Paraíba do Sul
XII	1994	<i>Migrações no Vale do Paraíba</i>	São José dos Campos
XIII	1996	<i>A Presença Militar no Vale do Paraíba</i>	Itatiaia/Resende
XIV	1998	<i>O Vale do Paraíba: Caminhos e Povoamento.</i>	Campos do Jordão
XV	2000	<i>Evolução das Cidades Valeparaibanas</i>	Quatis
XVI	2002	<i>“O Patrimônio cultural do Vale do Paraíba”</i>	Lorena
XVII	2003	<i>“Vale do Paraíba e Paraty: Caminhos e Descaminhos da História”</i>	Paraty
VIII	2004	<i>“O Indígena no Vale do Paraíba”</i>	Caragatatuba
XIX	2005	<i>“Comunicação e História do Vale do Paraíba</i>	Taubaté
XX	2006	<i>“Estrada Real: História e Turismo”</i>	Cruzeiro
XXI	2007	<i>“Educação e Educadores no Vale do Paraíba”</i>	São José dos Campos
XXII	2008	<i>“Fé e poder no Vale do Paraíba”</i>	Resende
XXIII	2009	<i>“O desenvolvimento dos transportes no Vale do Paraíba”</i>	Santo Antonio do Pinhal

XXIV	2010	<i>“Do Sagrado ao Profano: As Festas Populares no Vale do Paraíba no Século XXI”</i>	Taubaté	
XXV	2011	<i>“A importância dos arquivos para pesquisa e o ensino na perspectiva do século XXV”</i>	Lorena	
XXVI	2012	<i>A Memória do Trem</i>	Cachoeira Paulista	
XXVI	2013	<i>Literatura e História</i>	Aparecida	

Referências:

- . Fontes primárias
- Arquivo do IEV
- . Livro de Atas no. 01, de 30 de junho de 1973 a 12 de julho de 1980
- . Livro de Atas no. 02, de 12 de julho de 1980 a 5 de maio de 1984
- . Livro de Atas no. 03, de 19 de maio de 1984 a 3 de junho de 2000
- . Livro de Atas no. 04, de 16 de junho de 2000 a 2 de dezembro de 2011
- . Livro de Atas no. 05, de 2 de dezembro de 2011 a 19 de maio de 2013.

- Bibliográficas
- PASIN, José Luiz. **O Instituto de Estudos Valeparaibanos e a Preservação do Patrimônio Ambiental e Cultural do Vale do Paraíba**. Unisal: Lorena, 1993.
- NOGUEIRA, Oracy. **Cunha e o Instituto de Estudos Valeparaibanos**. In Cadernos Culturais do Vale do Paraíba. Edição Comemorativa, 1993, p. 32-35
- MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo Maia. **Nossa Memória e o Instituto de Estudos Valeparaibanos**. In Cadernos Culturais do Vale do Paraíba. Edição Comemorativa, 1993, p. 39-41
- SODERO TOLEDO, Francisco. **Em busca das Raízes**. Aparecida: Editora Santuário, 1988.
- **Igreja, Estado, Sociedade e Ensino Superior: a Faculdade Salesiana de Lorena**. Taubaté: Cabral, Editora e Livraria Universitária, 2003.
- VILELA, Catarina Aparecida Vieira. **IEV – 20 anos de realizações**. In Cadernos Culturais do Vale do Paraíba. Edição Comemorativa, 1993, p.55-58.

Webbliográficas:

- SODERO TOLEDO, Francisco. **Decadência, medo e assombrações**. Disponível em [HTTP://valedoparaiba.com/nossagente/estudos/decadencia.pdf](http://valedoparaiba.com/nossagente/estudos/decadencia.pdf). Acesso em 7 de maio de 2013.